

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

O tempo acabou no campo

Brasília assistiu na última semana a uma cena que vai além da política. Cerca de 300 produtores rurais, prefeitos, vereadores e lideranças do Rio Grande do Sul voltaram à capital para lembrar ao governo federal que, enquanto as negociações se prolongam, o calendário agrícola continua correndo. Na agricultura, diferentemente da política, não existe pedido de vista, adiamento ou recesso. Quem perde a época do plantio perde também a renda, o crédito e, muitas vezes, a própria atividade.

Consenso na Câmara e no Senado

O Congresso Nacional parece ter compreendido esse cenário. Câmara e Senado construíram um raro consenso em torno do Projeto de Lei 5.122, elaborado ao longo de meses de negociações entre parlamentares, entidades rurais, técnicos e representantes do setor produtivo.

Discussão voltou ao ponto de partida

Sempre que a votação parece definitiva, surge uma nova reunião, uma nova proposta ou uma nova tentativa de negociação. Nesta terça-feira, representantes do Ministério da Fazenda voltam a receber parlamentares e integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária para apresentar mais uma alternativa ao texto construído pelo Congresso Nacional.

Cobrança de pênalti

O relator da proposta, deputado federal gaúcho Afonso Hamm (foto), resumiu bem a sensação das lideranças do campo ao comparar o processo a uma cobrança de pênalti: “quando a bola está na marca, alguém apita e manda interromper a jogada”. A crítica não é apenas política; ela reflete a angústia de milhares de produtores que continuam sem acesso ao crédito. Sem financiamento, diminuem os investimentos, reduz-se o plantio e aumenta a incerteza sobre a próxima safra. O problema chega à mesa do consumidor na forma de menor oferta e maior pressão sobre os preços dos alimentos.



KANO MACIEL/HISTÓRIA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/INVESTITOR/IC

Sem comprometer o equilíbrio fiscal

Outro aspecto chama atenção. Nenhuma liderança do agro fala em perdão de dívidas. O discurso predominante é outro: criar condições para que produtores possam pagar aquilo que devem. Essa diferença é importante porque desmonta parte da narrativa de que a proposta representaria apenas aumento de gastos públicos. O deputado Alceu Moreira sustenta que existem instrumentos legais e financeiros capazes de construir uma solução sem comprometer o equilíbrio fiscal.

Economia sente os efeitos

É evidente que qualquer medida dessa dimensão exige responsabilidade. Recursos públicos precisam ser administrados com rigor. Mas também é verdade que ignorar uma crise prolongada custa caro. Quando milhares de produtores deixam de produzir, toda a economia sente os efeitos. O Congresso respondeu construindo uma saída legislativa. Falta agora a decisão política do Executivo.

Solução pode vir na reunião de amanhã

A reunião desta terça-feira pode representar um ponto de virada. Se houver entendimento, governo e Congresso dividirão o mérito de uma solução aguardada há meses. Se vier apenas mais um adiamento, aumentará a percepção de que Brasília continua discutindo o problema, enquanto o campo enfrenta sozinho a urgência do tempo.

Previdências próprias

Entrevista Especial

Bolívar Cavalari

bolivarvc@jcrs.com.br

O Rio Grande do Sul é o estado mais velho do Brasil, com a inversão da pirâmide etária mais acelerada e, além disso, vem registrando diminuição proporcional de servidores públicos ao longo dos anos. Todos estes elementos contribuem para um déficit previdenciário no Estado e nos municípios gaúchos que operam com Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Considerando os 331 RPPSs existentes hoje no RS - 330 de municípios e 1 do próprio governo gaúcho -, o passivo chega a R\$ 44,6 bilhões, conforme afirmou o vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edson Brum.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Brum trata dos regimes próprios de previdência e seus impactos nas finanças municipais. Aliás, o tema do RPPS foi definido pela atual gestão como prioritário, e o TCE realizou uma série de encontros nas regiões do Estado para orientar vereadores sobre os impactos dos déficits. De acordo com o conselheiro, ampla maioria das gestões municipais não adaptaram suas legislações à reforma da previdência nacional, de 2019. A sugestão do TCE é que o façam.

Outro assunto abordado pelo TCE nos encontros foi a reforma tributária, hoje em fase de implementação em Brasília. Conforme Brum, 80% dos municípios gaúchos devem perder arrecadação a partir da reforma. Para mitigar as perdas, está prevista a criação de um fundo de compensação dos entes federados prejudicados.

Jornal Comércio - Como foram os encontros nos municípios para orientar sobre os Regimes Próprios de Previdência Social?

Edson Brum - Primeiro, registrar que quando assumimos a direção do tribunal, o (Iradir) Pietroski como presidente e eu como vice - normalmente se escolhe um, dois, três temas para trabalhar nos dois anos -, o tema prioritário foi a questão dos RPPSs, que são os Regimes Próprios de Previdência Social. Por que essa preocupação? É a preocupação social. Não é justo, por exemplo, um servidor trabalhar 30 anos ou 35 anos - depende do sexo e também da categoria -, estar apto

à aposentadoria e, quando se aposentar, não tem recurso. Quando iniciamos esse programa para repassar o Estado inteiro, e montamos isso junto com a Uvergs, a União de Vereadores do Rio Grande do Sul, em uma parceria que foi muito boa, nos envolvemos para mobilizar os vereadores. Esse é um tema muito técnico. E o vereador, assim como os deputados, é generalista. E nós fomos atrás de levar o conhecimento, especialmente aos vereadores. Foi focado nos vereadores; nós não focamos nos prefeitos. Nós focamos nos vereadores, convidamos os vereadores de todo o Estado. Fizemos seis eventos, juntamos regionais, e tivemos quase 2 mil vereadores participando. É um índice muito alto, até porque o tema não é muito palatável, e uma reforma previdenciária normalmente não dá voto.

JC - Encerrados os encontros, agora a ideia é tratar cada um dos municípios que necessitar de forma mais específica?

Brum - A gente está à disposição para fazer isso, e o tribunal está aberto para isso. E essa decisão foi da casa, da presidência, de tratar esse tema exatamente por essa preocupação. Só para a gente ter uma ideia, nós estamos hoje (no início de) julho, e a posse do presidente e minha como vice-presidente foi no dia 14 de dezembro. Quando a gente tratou disso, o déficit previdenciário era de R\$ 39,6 bilhões.

JC - Somando todos os municípios gaúchos que têm RPPS?

Brum - Somados todos os 331 - sendo 330 RPPSs municipais e um é do Estado.

JC - E hoje, qual é o déficit previdenciário dos RPPSs?

Brum - R\$ 44,6 bilhões é o déficit. Você vê que em questão de meses já variou tanto. Me chamou a atenção quando eu olhei. Então, por

exemplo, nós temos hoje R\$ 39,6 bilhões depositados nos 331 (RPPSs), e nós precisaríamos de R\$ 84,2 bilhões.

JC - E quais orientações aos municípios para superar esses desafios previdenciários?

Brum - Primeira coisa: a função do legislador - municipal, estadual ou federal - é fazer leis, aprimorar as leis, fiscalizá-las para que seja executada. Em algum momento isso falhou. Por exemplo, hoje, com a Emenda Constitucional 103 (de 2019, da reforma nacional da previdência), não é mais permitido, por exemplo, usar o dinheiro do fundo (do RPPS). O prefeito que fizer isso hoje tem sanções severas. E a maioria dos municípios não fez o aprimoramento da lei. Como foi feita a reforma (da previdência) nacional, o município tem que aprimorar a sua. O Estado já fez. Por exemplo, a prefeitura de Porto Alegre já fez. A prefeitura do Pantano Grande, para citar uma do interior, já fez. Mas 85% dos municípios ainda não fizeram aprimoramento, que é a adaptação. E tem algumas coisas importantes, porque, senão o déficit vai aumentar. Tem, por exemplo, idade mínima para se aposentar. Isso tudo mexe na composição.

JC - E o crescimento do déficit previdenciário está mais acentuado nestes 85% dos municípios que não se adaptaram à reforma?

Brum - Não, está em todos. Os que estão se adaptando vão diminuir os seus déficits, mas ainda não está solucionado. Por exemplo, o servidor que faz um concurso hoje, não tem a garantia que daqui a 30 anos vai receber, se não cuidar. Mas como é que criou um déficit tão grande? Em algum momento utilizaram o dinheiro para fazer obras, e quando devolveram, devolveram sem correção monetária, sem juro, sem nada. E



“Os (municípios) que estão se adaptando vão diminuir os seus déficits, mas ainda não está solucionado”